



FEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DE DESPORTO PARA PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012**

**Federação Portuguesa de Desporto para  
Pessoas com Deficiência**

Contribuinte n.º 502 513 934

Sede Social: Rua Presidente Samora Machel, lote 7 – r/c Dto.

2620-061 Olival Basto

Estatuto de Utilidade Pública Desportiva concedido no D.R. II série nº 244/95

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

---

Balanco individual em 31 de Dezembro de 2012.....	1
Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 .....	2
Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 .....	3
Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 .....	4
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 .....	5
Anexo às demonstrações financeiras .....	6
1. Nota introdutória .....	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
4. Fluxos de caixa .....	13
5. Activos Intangíveis.....	13
6. Outros Activos fixos tangíveis.....	14
7. Locações .....	15
8. Rédito .....	15
9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	16
10. Subsídios do Governo e Apoios concedidos .....	16
11. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio .....	17
12. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal.....	17
13. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais .....	18
14. Outras Informações .....	18
15. Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber.....	18
16. Estado e outros entes públicos.....	19
17. Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar .....	19
18. Diferimentos.....	19
19. Fornecimentos e serviços externos .....	20
20. Depreciações de activos.....	20
21. Outros rendimentos e ganhos.....	20
22. Outros gastos e perdas.....	21

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

**Balanco individual em 31 de Dezembro de 2012**

ACTIVO		Notas	Exercício findo a 31/12/2012	Exercício findo a 31/12/2011
<b>Activo não corrente</b>				
Activos fixos tangíveis		6	6.708,07	4.510,62
			<u>6.708,07</u>	<u>4.510,62</u>
<b>Activo corrente</b>				
Outras contas a receber		15	127.120,63	267.793,21
Diferimentos		18	4.370,75	7.744,29
Caixa e depósitos bancários		4	189.545,17	80.559,76
			<u>321.036,55</u>	<u>356.097,26</u>
<b>Total do activo</b>			<u>327.744,62</u>	<u>360.607,88</u>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Patrimoniais</b>				
Fundo social			485.562,51	485.562,51
Resultados transitados			(358.611,02)	(297.518,17)
Outras variações nos fundos sociais			6.169,95	18.871,95
			<u>133.121,44</u>	<u>206.916,29</u>
Resultado líquido do período			46.696,78	(61.092,85)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>			<u>179.818,22</u>	<u>145.823,44</u>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões		9	15.930,11	15.930,11
			<u>15.930,11</u>	<u>15.930,11</u>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores			21.688,68	37.988,99
Estado e outros entes públicos		16	2.459,72	2.782,89
Outras contas a pagar		17	107.847,89	158.082,45
			<u>131.996,29</u>	<u>198.854,33</u>
<b>Total do passivo</b>			<u>147.926,40</u>	<u>214.784,44</u>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>			<u>327.744,62</u>	<u>360.607,88</u>

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

**Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2012	Exercício findo a 31/12/2011
Vendas e serviços prestados	8	771,30	299,30
Subsídios, doações e legados à exploração	10	971.591,80	1.004.583,05
Fornecimentos e serviços externos	19	(299.254,54)	(468.860,17)
Gastos com o pessoal	12	(107.688,23)	(96.995,54)
Outros rendimentos e ganhos	21	21.541,78	108.392,23
Outros gastos e perdas	22	(534.706,26)	(598.491,90)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>52.255,85</b>	<b>(51.073,03)</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20	(5.559,07)	(9.635,06)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>46.696,78</b>	<b>(60.708,09)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	37,76
Juros e gastos similares suportados		-	(422,52)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>46.696,78</b>	<b>(61.092,85)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>46.696,78</b>	<b>(61.092,85)</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

---

**Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2012	Exercício findo a 31/12/2011
Vendas e serviços prestados		771,30	299,30
<b>Resultado bruto</b>		<b>771,30</b>	<b>299,30</b>
Outros rendimentos		993.133,58	1.113.013,04
Gastos administrativos		(176.213,57)	(193.090,01)
Outros gastos		(770.994,53)	(980.933,30)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>46.696,78</b>	<b>(60.710,97)</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		-	(381,88)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>46.696,78</b>	<b>(61.092,85)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>46.696,78</b>	<b>(61.092,85)</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

**Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2012	Exercício findo a 31/12/2011
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes e utentes		617.875,77	1.055.551,46
Pagamentos de Apoios		(183.644,00)	(852.695,74)
Pagamentos a fornecedores		(123.322,37)	(182.957,49)
Pagamentos ao pessoal		(99.174,87)	(92.614,90)
Caixa gerada pelas operações		211.734,53	(72.716,67)
Outros recebimentos/pagamentos		(99.389,47)	(1.046,70)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		112.345,06	(73.763,37)
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(3.283,01)	(1.156,20)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		-	37,76
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(3.283,01)	(1.118,44)
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		109.062,05	(74.881,81)
Efeito das diferenças de câmbio		(76,64)	(44,46)
Caixa e seus equivalentes no início do período		80.559,76	155.486,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	189.545,17	80.559,76

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

**Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011**

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Federação				Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
<b>Posição no início do ano 2012</b>	<b>485.562,51</b>	<b>(297.518,17)</b>	<b>6.169,95</b>	<b>(61.092,85)</b>	<b>145.823,44</b>
<b>Alterações no período</b>					
	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>				<b>46.696,78</b>	<b>46.696,78</b>
<b>Resultado integral</b>				<b>46.696,78</b>	<b>46.696,78</b>
<b>Operações com instituidores período</b>					
Outras operações	-	(61.092,85)	-	61.092,85	-
	-	(61.092,85)	-	61.092,85	-
<b>Posição no fim do ano de 2012</b>	<b>485.562,51</b>	<b>(358.611,02)</b>	<b>6.169,95</b>	<b>46.696,78</b>	<b>179.818,22</b>

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Federação				Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
<b>Posição no início do ano de 2011</b>	<b>236.347,80</b>	-	<b>6.169,95</b>	<b>59.953,50</b>	<b>302.471,25</b>
<b>Alterações no período</b>					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	242.200,36	(242.200,36)	12.702,00	-	12.702,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial	7.014,35	59.953,50	-	(59.953,50)	7.014,35
	249.214,71	(182.246,86)	12.702,00	(59.953,50)	19.716,35
<b>Resultado líquido do período</b>				<b>(61.092,85)</b>	<b>(61.092,85)</b>
<b>Resultado integral</b>				<b>(61.092,85)</b>	<b>(61.092,85)</b>
	249.214,71	(182.246,86)	12.702,00	(121.046,35)	(41.376,50)
<b>Operações com instituidores período</b>					
Outras operações	-	(115.271,31)	-	-	(115.271,31)
	-	(115.271,31)	-	-	(115.271,31)
<b>Posição no fim do ano de 2011</b>	<b>485.562,51</b>	<b>(297.518,17)</b>	<b>18.871,95</b>	<b>(61.092,85)</b>	<b>145.823,44</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

## **Anexo às demonstrações financeiras**

### **1. Nota introdutória**

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, tem por objeto promover o desporto em todas as áreas de deficiência, tem a sua sede na Rua Presidente Samora Machel, Lote 7, Lj., Dto – 2620 - 061 Olival Basto, com o n.º de identificação de pessoa coletiva 502 513 934. A F.P.D.D é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação com os estatutos publicados no Diário da República nº 88/90 III série. Foi-lhe concedido o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva no diário da República nº 244/95 II série.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

#### **Reconciliação dos Fundos Patrimoniais**

POCFAAC	302.471,25
Subsídios para o Investimento	12.702,00
<b>Fundos patrimoniais SNC - ESNL</b>	<b><u>315.173,25</u></b>

Não se verificou qualquer alteração no resultado do período com a adoção novo referencial contabilístico.

---



### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Credores por acréscimos" (Notas 17) e "Diferimentos" (Nota 18)

#### **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira

consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **Ativos Intangíveis**

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam gerar atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam gerar atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### **Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores/ doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## **Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

## **Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

## **Financiamentos Obtidos**

### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*
- d)

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

---

estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

**Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

**4. Fluxos de caixa**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados abaixo.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa	342,43	154,70
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	189.202,74	77.905,06
Depósitos bancários prazo	-	2.500,00
	<u>189.545,17</u>	<u>80.559,76</u>

**5. Activos Intangíveis**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de activos intangíveis apresenta a seguinte composição.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Activos fixos intangíveis</b>		
Valor bruto	59.401,60	59.401,60
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(59.401,60)	(59.401,60)
<b>Quantia escriturada</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis foi como apresentado abaixo.

	Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2011	59.401,60	59.401,60
Amortizações acumuladas a 01/01/2011	(59.401,60)	(59.401,60)
<b>Quantia escriturada a 01/01/2011</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
Quantia escriturada bruta a 31/12/2011	59.401,60	59.401,60
Amortizações acumuladas a 31/12/2011	(59.401,60)	(59.401,60)
<b>Quantia escriturada a 31/12/2011</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Vida útil**

No que respeita aos activos intangíveis com vida útil finita, a Empresa estimou as seguintes vidas úteis.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Programas de computador	[ 3 anos ]

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

## 6. Outros Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Outros Activos fixos Tangíveis apresenta a seguinte composição.

Activos fixos tangíveis	31/12/2012	31/12/2011
Valor bruto	349.762,49	342.204,39
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	( 343.054,42 )	( 337.693,77 )
<b>Quantia escriturada</b>	<b>6.708,07</b>	<b>4.510,62</b>
Edifícios e outras construções (modelo revalorização)	-	258,59
Equipamento administrativo (modelo custo)	2.736,34	1.190,50
Activos fixos tangíveis em curso	3.971,73	3.061,53
<b>Quantia escriturada</b>	<b>6.708,07</b>	<b>4.510,62</b>

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo.

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativ o	Outros activos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2011	67.778,32	1.934,12	36.476,36	156.821,77	137.439,22	400.449,79
Amortizações acumuladas a 01/01/2011	(67.065,62)	(1.934,12)	(36.476,36)	(154.388,27)	(127.595,94)	(387.460,31)
<b>Quantia escriturada a 01/01/2011</b>	<b>712,70</b>	-	-	<b>2.433,50</b>	<b>9.843,28</b>	<b>12.989,48</b>
Aquisições	-	-	-	1.156,20	-	1.156,20
	<b>712,70</b>	-	-	<b>3.589,70</b>	<b>9.843,28</b>	<b>14.145,68</b>
Gastos com depreciações	454,11	-	-	2.399,20	6.781,75	9.635,06
	<b>1.166,81</b>	-	-	<b>5.988,90</b>	<b>16.625,03</b>	<b>23.780,74</b>
Quantia escriturada bruta a 31/12/2011	67.778,32	1.934,12	36.476,36	157.977,97	137.439,22	401.605,99
Amortizações acumuladas a 31/12/2011	(67.519,73)	(1.934,12)	(36.476,36)	(156.787,47)	(134.377,69)	(397.095,37)
<b>Quantia escriturada a 31/12/2011</b>	<b>258,59</b>	-	-	<b>1.190,50</b>	<b>3.061,53</b>	<b>4.510,62</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativ o	Outros activos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2011	67.778,32	1.934,12	36.476,36	157.977,97	137.439,22	401.605,99
Amortizações acumuladas a 31/12/2011	(67.519,73)	(1.934,12)	(36.476,36)	(156.787,47)	(134.377,69)	(397.095,37)
<b>Quantia escriturada a 31/12/2011</b>	<b>258,59</b>	-	-	<b>1.190,50</b>	<b>3.061,53</b>	<b>4.510,62</b>
Aquisições	-	-	-	2.896,65	4.859,87	7.756,52
	<b>258,59</b>	-	-	<b>4.087,15</b>	<b>7.921,40</b>	<b>12.267,14</b>
Gastos com depreciações	258,59	-	-	1.350,81	3.949,65	5.559,07
	<b>517,18</b>	-	-	<b>5.437,96</b>	<b>11.871,05</b>	<b>17.826,21</b>
Quantia escriturada bruta a 31/12/2012	67.778,32	1.934,12	36.476,36	160.874,62	142.299,09	409.362,51
Amortizações acumuladas a 31/12/2012	(67.778,32)	(1.934,12)	(36.476,36)	(158.138,28)	(138.327,34)	(402.654,44)
<b>Quantia escriturada a 31/12/2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.736,34</b>	<b>3.971,75</b>	<b>6.708,07</b>

Os gastos com depreciações acima identificados no montante de 5.559,07 Eur (2011: 9.635,06 Eur) encontram-se registados na rubrica de gastos de depreciações



### Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos activos fixos tangíveis amortizados de acordo como o método da linha recta.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	[ 10 anos ]
Equipamento de transporte	[ 4 anos ]
Equipamento administrativo	[ 3 a 10 anos ]
Outros activos fixos tangíveis	[ 1 a 10 anos ]

## 7. Locações

### Locações operacionais (como locatário)

A Empresa assumiu uma posição de locatária em contratos de locação operacional.

Contrato de locação operacional nº 094/9113 com a locadora Grenke Renting, S.A. com a duração de 60 meses e teve início a 31 de Julho de 2012

Valor mensal do aluguer é de 105€ + IVA

O bem objecto de locação é uma máquina de fotocopiar de marca Xerox WC 7120 / ColorQube 8860

O contrato de locação encontra-se denominado exclusivamente em Euros.

## 8. Rédito

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como apresentado abaixo.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Rédito derivado da prestação de serviços		
Quotas ANDD'S		
ANDDI	59,86	59,86
ANDDMOT	59,86	59,86
PCAND	59,86	59,86
ANDDVIS	59,86	59,86
LPDS	59,86	59,86
Inscrições		
Praticantes	72,00	-
Outros	400,00	-
	<u>771,30</u>	<u>299,30</u>

O rédito decorrente foi obtido de no seguinte mercado geográfico.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Rédito derivado da prestação de serviços		
Mercado Nacional	771,30	299,30
	<u>771,30</u>	<u>299,30</u>

## 9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

- PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAS EM CURSO

No decorrer do ano de 2011 foi finalizado o processo judicial contra a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, tendo a autora a Sra. Dra. Marta de Sousa Farinha Vilhalva Restolho ganho o referido processo. Para o mesmo já tinha sido criada uma provisão no montante de 15.000€, a provisão foi criada em 2008 no ano de 10.000€ e reforçada em mais 5.000€ no ano de 2010.

Está a decorrer desde o ano de 2008 um processo judicial contra o senhor Hélder Duarte sendo a autora a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. O valor total deste processo judicial, ascende a Euros: 15.930,11 (dez mil euros) do qual não há garantia de que a FPDD para deficientes venha a recuperar este montante. Foi feita uma provisão neste montante no ano de 2008. Em 2012 o tribunal decidiu arquivar o processo. Todavia, a FPDD solicitou recurso da decisão, à data do encerramento de contas ainda não tinha resposta ao recurso solicitado.

## 10. Subsídios do Governo e Apoios concedidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram concedidos subsídios e apoios financeiros, estando identificados abaixo os de maior relevância:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
	<b>Recebido</b>	<b>Recebido</b>
Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)	387.832,89 €	453.076,45 €
Instituto Nacional para a reabilitação (INR)	99.159,10 €	55.878,92 €
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)	72.730,43 €	25.000,00 €
Instituto do emprego e formação Profissional (IEFP)	6.686,10 €	4.457,46 €
Junta de Freguesia de Olival Basto	500,00 €	
Comité Paralímpico de Portugal	384.566,50 €	368.322,92 €
Município de Coimbra	17.500,00 €	
Município de Mangualde		1.500,00 €
Total	<u>968.975,02 €</u>	<u>908.235,75 €</u>

Foram reconhecidos como rendimentos na rubrica de subsídios, doações e legados:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)	421.468,43 €	427.203,83 €
Instituto Nacional para a reabilitação (INR)	104.378,00 €	55.878,92 €
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)	72.730,43 €	25.000,00 €
Instituto do emprego e formação Profissional (IEFP)	6.196,94 €	4.946,62 €
Comité Paralímpico de Portugal	296.991,67 €	421.194,80 €
Outras entidades	535,85 €	8.706,13 €
Donativos		
numerário	31.376,00 €	31.460,50 €
espécie	37.914,48 €	3.017,88 €
Publicidade		27.174,37 €
-	<u>971.591,80 €</u>	<u>1.004.583,05 €</u>

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

---

**11. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio.

	31/12/2012	31/12/2011
Diferenças de cambio desfavoráveis	(77,17)	(47,34)
Diferenças de câmbio favoráveis	0,53	2,88
	<u>(76,64)</u>	<u>(44,46)</u>

**12. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal**

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2012	31/12/2011
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	88.669,86	80.266,59
Encargos sobre remunerações	17.631,11	15.429,13
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.038,89	874,49
Outros	348,37	425,33
	<u>107.688,23</u>	<u>96.995,54</u>

Durante os exercícios de 2012 e 2011 o número médio de pessoal foi o seguinte:

	2011	2012
Pessoal Técnico	2	2
Pessoal Administrativo	3	3
Estagiários	2	2

No decorrer do ano de 2012 a Federação Portuguesa de Desporto Para Pessoas com Deficiência teve a colaboração de voluntários em diversas ações conforme se apresenta:

- **Ação Praça da Figueira**  
3 Voluntários x 7 horas = 21 horas
- **Ação Sempre Jovens**  
1 Voluntário x 25 horas = 25 horas  
4 Voluntários x 5 horas = 20 horas  
  
Total 5 Voluntários com 45 horas
- **Ação training**  
20 Voluntários x 1 hora = 20 horas  
20 Voluntários x 8 horas = 160 horas  
20 Voluntários x 5 horas = 100 horas  
  
Total 20 Voluntários com 280 horas
- **Ação Escuteiros de Odivelas**  
10 Voluntários x 4 horas = 40 horas  
  
Total 10 Voluntários com 40 horas

### 13. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

#### Nos termos do artigo 66-A ou 508-F do Código das Sociedades Comerciais,

Os honorários de revisão legal de contas do exercício de 2012 ascendem a 1.296,00 Eur

### 14. Outras Informações

i)

No decorrer do ano de 2011 foi assinado um novo contrato programa com o Comité Paralímpico de Portugal.

CP 1/2011 tem por objectivo estabelecer meios de apoio complementares aos apoios provenientes da tutela destinado aos praticantes de excelência integrados no projecto Londres de 2012. Por se desconhecer a existência do referido apoio em anos anteriores à assinatura do mesmo, todo o valor recebido por parte da Federação foi reconhecido como proveito do exercício.

No ano de 2013 também será entregue à FPDD um montante com o mesmo objectivo do CP 1/2011. Aquando do encerramento das contas da Federação a direcção do C.P.P. ainda não se tinha reunido para decidir o montante a atribuir referente ao ano de 2012. Como não nos foi possível estimar um valor, o proveito será reconhecido na sua totalidade em 2013.

ii)

A FPDD assinou um contrato de comodato como comodatária com o município de Odivelas referente à fracção autónoma (loja) utilizada como sede pela FPDD, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 12329 B com o valor patrimonial 56.626,85 Eur. O contrato é de cinco anos, renovável. As despesas de funcionamento são da responsabilidade da FPDD.

### 15. Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber é como apresentado abaixo:

<b>Outras contas a receber</b>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Acréscimo de rendimentos		
CP 167/DDF/12 AR E SN	11.700,00	-
CP 160/DDF/12 DPD	14.170,00	-
CP 181/DDF/12 ET	4.490,00	-
CP 35/DFQ/2012 FRH	15.275,55	-
Programa de financiamento do INR às ONG	5.218,90	
CP FRH PFNT 2011		12.000,00
Outros acréscimos rendimentos		18.049,16
Outros devedores		
ANND's	2.444,59	27.344,19
CPP	50.355,14	185.384,20
Outras entidades	23.466,45	25.015,66
	<u>127.120,63</u>	<u>267.793,21</u>

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

**16. Estado e outros entes públicos**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		
Retenções na fonte	783,25	680,25
Contribuições para sistemas de protecção social	1.676,47	2.102,64
	<u>2.459,72</u>	<u>2.782,89</u>

**17. Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar**

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos de clientes e outras contas a pagar é como apresentado abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	12.923,79	12.890,78
Comunicações	350,54	440,67
electricidade	381,79	348,39
Contratos programa		
Alto rendimento e seleções nacionais	9.216,32	-
Desenvolvimento da prática Desportiva	8.740,06	-
CP 198/07 Preparação Pequim	9.048,48	9.048,48
Estimativa Percas de vencimento 2008	2.306,18	2.306,18
Preparação Paralímpica CP 160 e 160A de 2008	441,51	441,51
Preparação Paralímpica 2011		2.536,26
Outros acréscimos de gastos		1.230,00
Credores Diversos		
ANDD's	58.254,00	115.342,93
Entidades Desportivas	395,00	3.823,69
Outras Entidades	5.790,22	9.673,56
	<u>107.847,89</u>	<u>158.082,45</u>
Das quais		
Passivo corrente	<u>107.847,89</u>	<u>158.082,45</u>

**18. Diferimentos**

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Diferimentos activos</b>		
Gastos antecipados		
Filiações Internacionais	2.038,00	3.369,74
Seguros	625,60	845,53
Outros	1.707,15	3.529,02
	<u>4.370,75</u>	<u>7.744,29</u>

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

**19. Fornecimentos e serviços externos**

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhos especializados	7.507,92	39.878,91
Publicidade e propaganda	7.936,97	29.063,83
Honorários	35.269,22	45.364,89
Conservação e reparação	2.179,98	6.723,75
Material de escritório	3.343,19	5.982,34
Electricidade	2.383,37	2.034,38
Combustíveis	11.294,47	8.461,30
Água	286,52	236,87
Deslocações e estadas	99.586,69	188.465,29
Rendas e alugueres	39.292,28	2.918,40
Comunicação	6.121,57	6.952,84
Seguros	9.375,94	15.724,50
Contencioso e notariado	183,60	487,54
Ferramentas e utensílios	593,94	294,36
Livros e documentação Técnica	-	388,54
Limpeza Hig. e Conforto	3.831,76	4.870,22
Vigilância e segurança	542,00	1.772,61
Outros fornecimentos e serviços externos		
Reembolsos Percas de Vencimento	12.177,36	18.828,02
Despesas Médicas	12.450,66	14.558,49
Material Desportivo Preparação	28.358,41	35.050,30
Outros	<u>16.538,69</u>	<u>40.802,79</u>
	<u>299.254,54</u>	<u>468.860,17</u>

**20. Depreciações de activos**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o resumo dos gastos com depreciações de activos é como apresentado abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	<u>5.559,07</u>	<u>9.635,06</u>
	<u>5.559,07</u>	<u>9.635,06</u>

**21. Outros rendimentos e ganhos**

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,53	2,88
Correcções relativas a períodos anteriores	12.772,35	26.578,14
Imputação de sub. Para Investimento	3.011,59	5.438,15
Reembolso de despesas	5.757,29	14.532,29
Prémios de mérito Desportivo	-	34.666,40
Publicidade	-	27.174,37
Outros	<u>0,02</u>	<u>-</u>
	<u>21.541,78</u>	<u>108.392,23</u>

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência  
Relatório & Contas'2012  
(montantes expressos em euros)

---

**22. Outros gastos e perdas**

Na data de relato a rubrica de outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos	194,10	52,84
Correcções relativas a períodos anteriores	5.572,82	29.909,57
Multas e penalidades	-	1.046,70
Quotizações / filiações	5.752,49	5.606,69
Inscrições	39.855,81	13.445,63
Franquias seguros	1.125,00	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	77,17	47,34
Custos c/apoios financeiros concedidos a associados utentes	482.128,87	547.755,47
Outros		627,66
	<u>534.706,26</u>	<u>598.491,90</u>